

## **EMBAIXADA DO BRASIL EM LUANDA**

### **RELATÓRIO DE GESTÃO**

#### **EMBAIXADOR PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**

##### *Introdução*

De antemão, nunca é demais salientar a importância singular de Angola para o Brasil do ângulo não só da política externa como da inter-relação entre nações. Os laços históricos, culturais, linguísticos e consanguíneos são marcantes e se renovam constantemente. É notório que parcela considerável de nossa identidade e formação nacional se deve ao influxo de levas de angolanos escravizados ao longo de três séculos de tráfico negreiro. Em tempos recentes, o Brasil é saudado pelas autoridades locais como o primeiro país a ter reconhecido a independência de Angola, em 11/11/1975. Apesar deste marco, há expectativa de que o Brasil não se acomode com o registro histórico e continue a apostar em Angola e nela ocupar o espaço que lhe é devido como o maior país lusófono.

2. Atualmente, o acrescido papel estabilizador exercido na África por Angola, país que soube apaziguar seus conflitos internos, bem como a contribuição para a proteção do Atlântico Sul e, em particular, da região do golfo da Guiné, refletem interesses estratégicos convergentes com os do Brasil. Tal afinidade geoestratégica sustenta a avaliação de que é necessário buscar sempre maior articulação entre os dois países, conforme procurei fazer durante minha gestão.

3. Angola concentra hoje a maior comunidade brasileira em todo o continente africano, estimada em torno de vinte mil compatriotas, que colaboram de modo significativo para o desenvolvimento socioeconômico local. A projeção do Brasil se faz sentir no cotidiano. O Centro Cultural do Brasil em Angola (CCBA) desponta como referência da vida cultural de Luanda. Trata-se de ‘soft power’ a ser aproveitado para impulsionar interesses econômicos e comerciais, de maneira mutuamente vantajosa, valendo-se de naturais complementaridades entre os dois países.

4. Por se tratar de país em longa fase de reconstrução institucional e de infraestrutura física, no qual há muito por fazer, multiplicam-se oportunidades facilitadas agora por reformas recentes para atração de investimentos, inclusive em setores de alto valor agregado. Aliás, nesse e em outros nichos, interessa reconfigurar a presença econômica brasileira em Angola, com menos ênfase em modelo de outrora dependente de crédito público e com foco maior doravante em paradigma em que investimentos produtivos possam ser atraídos com aportes do setor privado e do sistema financeiro internacional. Esse pano de fundo preliminar serve para sublinhar o quanto os vínculos entre Brasil e Angola são profundos e transcendem, há séculos, o aspecto meramente formal do relacionamento entre Estados.

### *Contexto Político Interno (fins de 2016 a meados de 2020)*

5. Em novembro de 2016, quando assumi a embaixada, as dificuldades socioeconômicas em Angola ganhavam contornos mais visíveis como consequência do impacto da trajetória de queda da cotação internacional do petróleo, base da economia, em processo iniciado em 2014. Isso após o país ter experimentado uma das maiores taxas de crescimento na África e no mundo em anos progressos, desde o fim da guerra civil, em 2002, até os idos de 2012-2013. Graças à recuperação econômica no primeiro decênio do século, com o 'boom' da commodity, Angola havia deixado de integrar o rol de países mais pobres e passou a exibir renda per capita de países em desenvolvimento.

6. No plano político, em fins de 2016, o país começava a vivenciar a efervescência dos preparativos para a realização das históricas eleições gerais, que ocorreriam em agosto de 2017, para escolher novos presidente e vice-presidente, além de 220 deputados à Assembleia Nacional (unicameral), 130 pelo círculo nacional e 90 pelas províncias. Coube aos eleitores, recadastrados, votar em uma das seis siglas concorrentes (MPLA, UNITA, CASA-CE, FNLA, PRS e APN), sendo presidenciáveis os cabeças de lista dos respectivos partidos na disputa. Nesse histórico pleito, o então presidente José Eduardo dos Santos (JES), do partido situacionista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), decidiu não mais concorrer, após 38 anos no poder.

7. Em fevereiro de 2017, o Comitê Central do MPLA, partido cuja presidência era igualmente exercida por José Eduardo dos Santos, oficializou como cabeça de lista o então ministro da Defesa Nacional, João Manuel Gonçalves Lourenço, que acabou se sagrando vencedor nas eleições de agosto daquele ano. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a maior força opositora, liderada por Isaias Samakuva, obteve 26,67% dos votos; a Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), de Abel Chivukuvuku, 9,44%; o MPLA, 61,07%. A vitória do MPLA traduziu-se em 150 deputados na Assembleia Nacional contra 51 da UNITA e 16 da CASA-CE suficientes para garantir maioria qualificada no parlamento.

8. Os resultados das eleições de agosto de 2017 corroboraram o continuado predomínio do MPLA na política interna angolana, em se tratando da única legenda a estar no poder desde a independência do país. A liderança do MPLA passou às mãos do presidente João Lourenço por ocasião do 6º congresso extraordinário da agremiação, em setembro de 2018, dando termo à fase de "bicefalia" na chefia partidária. Como sinal de concessão a pressões sociais, o poder executivo angolano e o MPLA - cujas lideranças muitas vezes se confundem - se dispuseram a dar início ao processo de preparação das inéditas "eleições autárquicas", originalmente previstas para 2020, adiadas por conta da pandemia. O objetivo das eleições autárquicas é fortalecer a autonomia das províncias e dos municípios e contemplar maior participação de outras forças políticas. Na correlação interna de forças políticas, pôde-se notar movimento paulatino em que o atual titular do poder executivo angolano destituiu de altos cargos governamentais ocupantes até então associados ao regime do ex-presidente José Eduardo dos Santos.

9. Outra tendência que passou a despontar na gestão João Lourenço diz respeito a uma atuação reputada mais vigorosa do judiciário angolano, reflexo do contínuo fortalecimento de suas instituições. De igual modo, a Assembleia Nacional tem exercido papel de ainda maior relevo na

apreciação substantiva de propostas emanadas do poder executivo, bem como na apresentação de iniciativas próprias, com veiculação adicional de suas deliberações junto à população, em contraste com um funcionamento tido como recluso em legislaturas anteriores.

10. Em abril de 2020, o presidente João Lourenço decidiu efetuar a maior reforma ministerial desde que assumiu a chefia de governo, tendo dado posse a 16 novos titulares de pastas e a 24 secretários de estado, sem deixar, contudo, de manter a coesão e a continuidade administrativa.

### *Política Externa de Angola*

11. Desde que João Lourenço foi eleito presidente, a política externa de Angola vem sendo caracterizada por significativo "ativismo", o que, de todo modo, já era uma marca da ação internacional do país, ao ter ocupado por duas vezes assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (biênios 2003-2004 e 2015-2016). Essa dinâmica parece ter adquirido impulso adicional a partir de 2017. A ação diplomática angolana tem buscado mostrar à comunidade internacional o quanto a gestão João Lourenço está engajada na melhoria de indicadores macroeconômicos e na elevação de padrões de transparência, de responsabilização na prestação de contas ('compliance') e de combate à corrupção em todas as esferas.

12. O comprometimento do governo João Lourenço com a implementação de medidas "saneadoras" parece derivar de apreciação pragmática da cúpula decisória local quanto à necessidade de forjar uma burocracia diplomática destinada à obtenção de resultados concretos, com base no seguinte diagnóstico: ou Angola se dispõe, de fato, a consolidar instituições credíveis ou o país não logrará atrair os investimentos internacionais de que tanto necessita.

13. Para além da ênfase na diplomacia econômica, a ação externa angolana vem primando pela estabilização de seu entorno geopolítico para evitar eventual "transbordamento" de conflitos na vizinhança, a exemplo dos originados na República Democrática do Congo (RDC) em 2017, com subsequente influxo de refugiados no território angolano por contendas sectárias na RDC. Chegou-se a contabilizar ingresso de mais de 35 mil refugiados RD congolezes, a maioria dos quais já retornou voluntariamente a suas regiões de origem.

14. Em outra seara, a diplomacia parlamentar angolana tem-se mostrado igualmente atuante. Dentre numerosas missões ao exterior, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, esteve em Windhoek, em dezembro de 2017, para participar da 42ª sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Na oportunidade, foi amadurecida a ideia de evolução do mecanismo para parlamento regional, com função consultiva e deliberações com caráter de recomendação.

15. Nesse ínterim, Luanda manifestou interesse, ainda, em diversificar parcerias com organismos plurilaterais, com anúncio de sua eventual associação futura à "Commonwealth" britânica e à Organização Internacional da Francofonia. Tal passo, caso se concretize, não seria em nada incompatível com seu pleno engajamento na CPLP, cuja próxima presidência de turno estará a cargo de Angola, que propôs adiar a cúpula prevista originalmente para setembro de 2020, em

razão da pandemia, com o objetivo de permitir encontro presencial com deliberações mais profícuas.

16. O país desempenha papel ativo em organismos regionais, além da União Africana (UA) e da SADC, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), cujo secretariado-executivo é sediado em Luanda. Angola tem ajudado a mediar conflitos entre Ruanda e Uganda, esforço reconhecido pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. Sobre temas de paz e segurança, o presidente João Lourenço tem defendido melhor estruturação da Marinha de Guerra Angolana para estar apta a dar contribuição adicional na tarefa de proteção internacional da região do golfo da Guiné. Angola tem-se mostrado interessada em capacitar-se para participar de futuras missões de paz da ONU e da UA.

17. O começo de 2020 vinha sendo prolífico em atividades diplomáticas (as quais vêm sendo retomadas por meio de videoconferências), com realce para as visitas a Luanda da primeira-ministra alemã Angela Merkel e do secretário de estado americano Mike Pompeo, ambas em fevereiro. Aliás, já estavam confirmadas as vindas do presidente francês Emmanuel Macron para a última semana de maio e do presidente Jair Bolsonaro (para a cúpula da CPLP) para setembro próximo, ambas proteladas em razão da pandemia.

18. O exame da política externa deste país estaria incompleto sem menção particular à China, maior parceiro comercial e investidor em Angola. A RPC se distingue como potência engajada em investir cada vez mais em Angola, lançando-se em obras de infraestrutura e na ocupação de novos nichos estratégicos. Em abril de 2020, o titular da pasta do Interior, Eugénio César Laborinho, manteve encontro de trabalho com delegação da RPC, que fez doações da empresa Huawei de meios informáticos para reforçar a capacidade angolana de inclusão digital. Em maio de 2020, o chanceler Tété António manteve contato telefônico com o homólogo chinês, Wang Yi, para discorrer sobre a cooperação bilateral na área médica no contexto da luta contra a pandemia e acerca da sustentabilidade da dívida soberana com a RPC, maior credora de Angola. A propósito, estudo da Universidade Johns Hopkins aponta ter sido Angola a maior receptora de empréstimos chineses na África entre 2000 e 2017. Consta que a RPC teria construído em Angola cerca de 2.800 quilômetros de linhas férreas, 20 mil quilômetros de estradas, 100 escolas, 50 hospitais e 100 mil casas. Parcela expressiva da produção futura do petróleo angolano poderia estar, até certo ponto, “comprometida” ao ter sido dada como garantia de empréstimos previamente contraídos com a China.

19. Em suma, o presidente João Lourenço realizou visitas oficiais aos seguintes países: África do Sul, Namíbia, Zâmbia, França, Bélgica, Alemanha, Portugal, China, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Cuba e Catar. Participou de reuniões em foros multilaterais e plurilaterais, como ONU, UA, SADC, CPLP, além de encontros em Davos, no BRICS (cúpula de Joanesburgo, em 2018), no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), na Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África (TICAD) e na I Cúpula Rússia-África, em Sochi, em outubro de 2019.

### *Contexto Econômico / Combate à COVID-19*

20. A queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2014 impôs severas dificuldades econômicas a Angola, onde o setor responde por cerca de 32% do PIB, 64% das receitas fiscais e 90% das exportações. Apesar do decréscimo na produção, em parte por falta de novos investimentos, o país continuou a ser o segundo maior produtor africano. Os efeitos da pandemia agravaram o persistente quadro recessivo em Angola, que deverá ingressar em seu quinto ano consecutivo de queda do PIB: -2,6% (2016); -0,1% (2017); -1,2% (2018); e -0,9% (2019). Não obstante a gravidade da situação, o governo João Lourenço tem sido reconhecido por adotar medidas adequadas e tempestivas para conter a pandemia e tentar aliviar, tanto quanto possível, seus efeitos deletérios na economia, mediante aprovação de uma série de ações, como a utilização de ativos do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) para obtenção de recursos financeiros adicionais para o Tesouro Nacional, no valor de U\$S 1,5 bilhão.

21. Em outra frente, Angola firmou com o FMI, no final de 2018, o programa "Extended Fund Facility" (EFF), com duração até 2021. Trata-se do maior programa do Fundo concedido a país da África subsaariana e um dos maiores em proporção ao tamanho da economia. São U\$S 3,7 bilhões, dos quais mais de 1 bilhão já disponibilizado. A observância de compromissos assumidos com o FMI constitui demonstração adicional do novo paradigma de reformas econômicas que o presidente angolano tem procurado construir desde o início de seu mandato. O mandatário logrou aprovar rol de marcos jurídicos que visam restringir o dirigismo estatal e estimular o livre mercado, como as leis do investimento privado, da concorrência e das parcerias público-privadas.

22. Em 20/03/2020, o governo local mandou suspender todos os voos comerciais internacionais de/para Angola, em ação enaltecida por especialistas da OMS. A normativa adotada instituiu o fechamento das fronteiras, seja por via terrestre, seja por meio marítimo, com exceções para voos de caráter humanitário e de transporte de cargas. O presidente João Lourenço decretou, uma semana depois, o denominado "estado de emergência", que passou a vigorar desde 27/03/2020, tendo sido renovado três vezes consecutivas, com graus diferenciados de isolamento social e de restrição de atividades econômicas. Em 26/05/2020, o presidente João Lourenço decretou "situação de calamidade pública", em substituição ao "estado de emergência". O novo decreto já era esperado, tendo em vista o imperativo da retomada paulatina dos serviços públicos e da atividade econômica, afora o número ainda relativamente baixo dos casos notificados de covid-19 no país. A situação de calamidade pública, prevista na recém-aprovada lei da proteção civil, vigorará por tempo indeterminado, enquanto persistirem as causas que lhe deram origem. Diferencia-se do "estado de emergência" em particular pela não suspensão de direitos civis.

### *Ações Realizadas / Relações Bilaterais (Relações Políticas)*

23. Em meu período à frente do posto, houve alternância de governos tanto no Brasil quanto em Angola, sem descontinuidade de esforços, de lado a lado, para o fortalecimento das relações bilaterais, tradicionalmente marcadas pelo entendimento, respeito mútuo e elevado nível de diálogo. Tal orientação foi reforçada por importantes visitas em nível de chanceler, que tive a oportunidade de acompanhar: as visitas a Luanda do então ministro Aloysio Nunes Ferreira, em

fevereiro de 2018, e do ministro Ernesto Araújo, em dezembro de 2019. No sentido inverso, houve visita a Brasília, em março de 2020, do então chanceler angolano Manuel Domingos Augusto. Este também se fez presente, em nome do governo angolano, na posse do presidente da República Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. A propósito, Manuel Augusto foi o primeiro chanceler estrangeiro a ter sido recebido em encontro bilateral com o ministro Ernesto Araújo, em 02/01/2019.

24. Não ocorreram, no período, visitas presidenciais, as quais, de todo modo, vinham sendo e continuam a ser programadas, não obstante a eclosão da pandemia de covid-19. Inicialmente, havia expectativa de visita do presidente João Lourenço ao Brasil até o final do primeiro semestre de 2020, como consequência de entendimentos alinhavados durante as mencionadas visitas dos chanceleres Ernesto Araújo e Manuel Augusto. Por sua vez, esperava-se (e ainda se espera) visita a Luanda, pendente de confirmação, do presidente da República Jair Bolsonaro para participar da próxima cúpula da CPLP, originalmente prevista para setembro de 2020 e postergada para data a ser acordada pelos estados membros daquele organismo lusófono.

25. A visita do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo (11-13/12/2019) foi considerada muito proveitosa pelo lado angolano. O chanceler brasileiro foi recebido pelo presidente João Lourenço, a quem fez entrega de convite do presidente Jair Bolsonaro para realizar visita oficial ao Brasil ao longo de 2020, fato que repercutiu de forma positiva no noticiário local. Na ocasião, nosso ministro pôde interagir e trocar apreciações com quatro titulares de pastas: Relações Exteriores, Interior, Cultura e Defesa. Participou de seminário para promoção de produtos de defesa nacionais, intitulado “Base Industrial de Defesa do Brasil”. No auditório da chancelaria angolana, deu palestra para jovens diplomatas e ao corpo diplomático local, com foco nos representantes de países africanos acreditados em Luanda.

26. O ministro Ernesto Araújo fez avançar temas da agenda bilateral, tais como: (i) entendimento para a célere implementação do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (AFCI); (ii) acerto para convocatória do “mecanismo bilateral sobre questões migratórias e consulares”, em data a ser oportunamente acordada; e (iii) compromisso de organização de reuniões técnicas para superar eventuais dificuldades nas exportações de produtos agrícolas brasileiros ao mercado angolano. O chanceler brasileiro procedeu à assinatura, juntamente com o ministro do Interior de Angola, do acordo bilateral em matéria de segurança e ordem interna, de propositura inicial da parte angolana e cujo texto levou quatro anos de negociação.

27. Em suas tratativas, o ministro Ernesto Araújo e suas contrapartes angolanas concordaram quanto à necessidade de incremento da participação do setor privado na cooperação bilateral econômico-financeira, tendo em conta a limitada capacidade fiscal nos dois países, circunstância que desaconselharia perspectiva de financiamento público, ao menos não nos moldes de outrora.

28. A caminho e no regresso de viagem oficial à Índia, a aeronave que transportava o presidente da República Jair Bolsonaro e comitiva realizou paradas técnicas em Luanda, nos dias 23 e 28 de janeiro de 2020. Nas entrevistas que concedeu naqueles breves períodos, quando foi recepcionado pelo então chanceler angolano Manuel Augusto, o mandatário brasileiro expressou o amparo do Brasil às reformas em curso em Angola, em particular no que diz respeito ao combate à corrupção e à impunidade. Qualificou Angola como um dos países na África com os quais o Brasil mantém

relação especialmente densa, além do fato de a nação angolana ter contribuído de forma significativa para a formação e a identidade do povo brasileiro, “o que faz dos angolanos nossos irmãos”.

29. A visita ao Brasil, no período de 02-04/03/2020, do ex-ministro angolano Manuel Augusto (substituído em abril de 2020), foi intensa: foi recebido em audiência pelo presidente Jair Bolsonaro, manteve reuniões de trabalho com o ministro Ernesto Araújo e com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, e visitou o Congresso Nacional. Essa Casa, aliás, se mostrou sensível à importância de levar adiante o exame do acordo de cooperação na área de defesa, cuja tramitação avançou em decorrência da visita.

30. Dentre os tópicos tratados entre os chanceleres, estiveram na pauta (i) importância de reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); (ii) apoio de Angola para aumentar a presença do Brasil em mecanismos africanos de concertação política e de integração econômica, como no caso da União Africana e da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCAA); (iii) fortalecimento da CPLP; e (iv) atuação conjunta para preservação da ordem constitucional, em referência à situação na Guiné-Bissau. Também foram tratados assuntos como a cooperação bilateral na área de combate à corrupção (recuperação de ativos, formação de integrantes do judiciário e do ministério público angolanos); acesso de produtos brasileiros ao mercado angolano; demanda angolana para recuperação de aeronaves adquiridas do Brasil, atualmente paradas em solo; e aceleração do exame de instrumentos bilaterais em negociação, como o Acordo para Evitar Dupla Tributação no Setor Aéreo e Marítimo (ADT).

31. No período, houve outras visitas oficiais dignas de nota. Por ocasião da posse do presidente João Lourenço, em 26/09/2017, o governo brasileiro se fez representar pelo então ministro de estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, acompanhado, entre outros, do deputado federal Márcio Marinho. Em maio de 2019, houve encontro, em Luanda, entre o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e seu então homólogo angolano, Salviano Sequeira, à margem de reunião de ministros da Defesa da CPLP.

32. Por seu turno, houve missão a Brasília, em agosto de 2019, da Inspeção Geral da Administração do Estado de Angola (IGAE), cujo titular Sebastião Gunza e equipe se reuniram com autoridades brasileiras, como o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro Filho. Naquele mesmo mês, a ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recebeu comitiva chefiada pelo então vice-procurador-geral da República de Angola, Adão Adriano António.

33. Em novembro de 2019, houve missão a Luanda do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que se fez acompanhar, inter alia, da presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima. Na oportunidade, foi inaugurado o primeiro banco de leite humano em Angola.

34. Em outra seara, convém enaltecer o inestimável apoio – bilateral e para viabilizar endossos comunitários da CPLP – do governo angolano às candidaturas brasileiras em organismos internacionais. No período de minha gestão, o lado angolano confirmou amparo aos seguintes pleitos brasileiros: (i) reeleição do Brasil para o Conselho Executivo da UNESCO, para o mandato

de 2019-2023; (ii) reeleição do Brasil à categoria "B" do Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), para o mandato 2020-2021; (iii) eleição do professor Rodrigo Fernandes More a uma das duas vagas reservadas ao GRULAC de juiz do Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar, para o mandato 2020-2029; (iv) reeleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para o período 2020-2022; e (v) eleição a assento não permanente no CSNU, para o biênio 2022-2023.

### *Relações Econômicas, Comerciais e Financeiras entre Brasil e Angola*

35. Em Angola, a atração de investimentos estrangeiros diretos tornou-se fator crucial para o sucesso de novas concessões em energias renováveis, telecomunicações, mineração, petróleo, refinarias, além dos projetos de diversificação da economia, que buscam desenvolver o turismo e a agricultura. A aprovação, em novembro de 2019, de nova lei contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo abriu caminho para gradual normalização das relações de correspondência bancária com os Estados Unidos, interrompidas desde fins de 2015, o que tornava as transferências em dólares com destino ou origem em Angola complicadas e onerosas.

36. Em 2019, as exportações brasileiras para Angola somaram U\$S 441,5 milhões e as importações U\$S 140,5 milhões, perfazendo corrente de comércio de U\$S 582 milhões. São números que continuam a ser expressivos, embora aquém do ideal. O volume de comércio entre Brasil e Angola chegou a registrar 4 bilhões de dólares em 2008, mas, assim como o comércio exterior de Angola com o resto do mundo, tem sofrido considerável queda desde 2015. A queda nas exportações brasileiras de fubá de milho e de carne deve-se sobretudo à debilidade da demanda em Angola, mas também pode refletir, em parte, a introdução de requisitos para licenciamento de importações pelo decreto presidencial 23/19, de 14/01/2019, no contexto do “Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações” (PRODESI).

37. Do lado das importações angolanas, a maior parte dos produtos destinados a Angola são agrícolas (cerca de 80,42% do valor total). No que diz respeito aos investimentos, embora não haja dados estatísticos precisos, sabe-se que muitas empresas brasileiras investiram em Angola para prestar serviços associados a projetos de infraestrutura no passado. Hoje, assiste-se a início de nova era, em que empresários demonstram interesse em atuar em novos setores.

38. Sob meu comando, o setor de promoção comercial e de investimentos (SECOM) da embaixada buscou equilibrar a proteção dos interesses brasileiros já estabelecidos com a prospecção de novas oportunidades. A tradicional participação brasileira na Feira Internacional de Luanda (FILDA), maior evento multissetorial em Angola, sofreu revés com restrições orçamentárias da APEX. Talvez se devesse reconsiderar a participação brasileira na feira, dada sua importância particular para prospecção de oportunidades nos mercados angolano e regional, afóra a expectativa de importadores e autoridades locais de “ver o Brasil mais presente em Angola” para fazer jus aos estreitos contatos entre os dois países. A despeito de restrições orçamentárias, o SECOM-Luanda logrou realizar em outubro de 2019, com repercussão positiva na imprensa angolana, o chamado “Dia da Carne Brasileira”, com objetivo de divulgar as exportações brasileiras de carne bovina, suína e de aves no mercado angolano.

39. Houve considerável retração dos investimentos brasileiros nos últimos anos, resultado de três fatores: (i) crise econômica angolana; (ii) período de baixo crescimento ou mesmo de recessão no Brasil (sobretudo em 2015 e 2016); e (iii) interrupção das linhas de crédito do BNDES para grandes projetos de infraestrutura neste país. Ao longo de minha gestão, procurei ressaltar que a mudança do paradigma que prevaleceu até o passado recente, ancorado no financiamento público de grandes projetos de infraestrutura, pode representar o início de nova era para a presença econômica brasileira em Angola, desde que haja disposição do setor privado para explorar outras oportunidades de investimento, especialmente no setor agrícola, ao qual o governo angolano atribui prioridade.

40. As reformas do governo João Lourenço no sentido de promover a desestatização e diversificação da economia, atraindo investimentos estrangeiros, poderiam ser aproveitadas em setores em que o Brasil possui reconhecida competitividade, como o agronegócio. Com acesso a crédito de bancos comerciais, sem garantia soberana, mas contando com o apoio e orientação do governo local, não seria despropositado projetar essa “nova Angola”, mais aberta e mais transparente, como “nova fronteira agrícola brasileira”.

41. Doravante, o redesenho de linhas de crédito e garantia a exportações acessíveis a pequenas e médias empresas de setores diversos, com o concurso agora de agentes privados, poderia impulsionar a conquista de maior espaço brasileiro em Angola, mesmo em face da crise econômica. Nesse contexto, a decisão angolana de efetuar o pagamento antecipado do valor integral de seu saldo devedor, de US\$ 589,3 milhões, junto às instituições financeiras brasileiras, em dezembro de 2019, no contexto do ajuste do país com o FMI com vistas à redução de seu endividamento garantido por carregamentos de petróleo, foi um primeiro passo indispensável, que merece reconhecimento do governo brasileiro. Angola jamais inadimpliu os prazos de pagamento de juros e amortizações.

42. A reconfiguração da presença brasileira em Angola é hoje, portanto, um interesse partilhado por ambos os países. É possível adotar medidas que catalisem esse processo ainda diante da ausência de financiamento público e garantias soberanas. Além das reformas levadas a cabo pelo governo João Lourenço, ressaltem-se dois instrumentos bilaterais que poderão sustentar em marco institucional mais claro e objetivo novos empreendimentos brasileiros em Angola: o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), em vigor desde julho de 2017, e o Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros dos Serviços Aéreos e Marítimos (ADT), negociado durante o período de minha gestão à frente da embaixada.

### *Cooperação Bilateral em Defesa*

43. A cooperação bilateral em matéria de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola, cujo documento-base foi firmado em junho de 2010. O Exército Brasileiro mantém há cinco anos missões de assessoria militar em Angola: na Escola Superior de Guerra de Angola (concluída no final de 2019); no Comando da Polícia Militar; e no Estado Maior General, esta última voltada a capacitação para operações de paz. Além disso, oficiais angolanos vêm participando regularmente de cursos no Brasil. No contexto da pandemia, a Marinha do Brasil tem

coordenado curso à distância ‘online’, disponibilizado com êxito a militares angolanos, sobre “estágio de qualificação técnica especial de atuação contra a proliferação da covid-19”.

44. Há considerável interesse das Forças Armadas Angolanas (FAA) na formação e especialização de seus quadros em escolas e centros de instrução das forças armadas brasileiras. A perspectiva de recuperação da frota de Super Tucanos da Força Aérea Nacional de Angola (FANA), à luz de demanda formalizada em maio de 2020, poderá desencadear dinâmica para cursos de treinamento de pilotos e mecânicos oferecidos pela Força Aérea Brasileira (FAB).

45. A realização em Angola, na localidade de Cabo Ledo, entre 09-27/09/2019, de exercícios militares combinados dos países membros da CPLP (‘Operação Felino’) concorreu para o estreitamento da cooperação entre as forças armadas de ambos os países também no plano bilateral. Outro exercício militar coordenado, do qual participam Brasil e Angola, é a operação marítima multinacional ‘Obangame Express’, integrada por cerca de 30 países da África, América e Europa. O propósito é reforçar o treinamento comum por meio de simulações de cenários de combate a ilícitos transnacionais que incidem na região do golfo da Guiné, como atos de pirataria, sequestro de passageiros e tripulantes e tráfico de drogas, a fim de proporcionar ganhos de interoperabilidade entre as forças navais e agências de segurança dos países envolvidos.

46. Por ocasião de missões da Embraer Defesa e Segurança, em 2019, autoridades angolanas manifestaram interesse em negociar contrato para recuperação e suporte logístico de seis aeronaves turboélice A-29 Super Tucano, encomendadas junto à Embraer em 2012 ao custo total de U\$S 96 milhões, de 10 Emb-312 Tucano (adquiridos em 1998) e de um Legacy-600 (incorporado em 2007), que se encontram inoperantes por falta de manutenção.

47. A Marinha de Guerra Angolana, a menos aquinhoadada das três forças armadas, necessita há tempos de reestruturação. Esta permitirá que Angola adquira capacidade consentânea com seu peso geopolítico para melhor proteger suas águas jurisdicionais. Consoante já se vinha suscitando, o governo local formalizou, em 30/04/2020, demanda de cooperação brasileira para construção de base e academia naval, proposta cujo seguimento requererá exame detido.

48. Nos contatos mantidos pelo posto com os ministérios das Relações Exteriores e Defesa Nacional de Angola, assim como com o Secretariado-Executivo da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), sediado em Luanda, ficou patente o interesse das autoridades locais em conhecer melhor a avaliação brasileira sobre o papel da ZOPACAS e suas perspectivas futuras. O Brasil chegou a participar de seminário realizado pela CGG em 2018. Há campo para cooperação acrescida com a CGG, o que parece depender também da capacidade de iniciativa daquele organismo, cujo dinamismo teria deixado a desejar nos últimos anos.

### *Cooperação Técnica*

49. A cooperação técnica oferecida pelo Brasil é apreciada pelas autoridades e pela opinião pública angolanas, na medida em que privilegia o desenvolvimento de capacidades locais, bem como o compartilhamento de conhecimento e experiências para a formulação e implementação de políticas públicas e ações específicas de capacitação profissional.

50. A pandemia de covid-19 veio obstar, ao menos por ora, momento virtuoso da agenda de cooperação técnica Brasil-Angola. Exemplos dessa dinamização incluem: (i) visita oficial do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em novembro de 2019, no âmbito da qual foi inaugurado o primeiro banco de leite humano de Angola, com assinatura igualmente de projetos nas áreas de controle do câncer e de anemia falciforme; (ii) visita a Luanda, em dezembro de 2019, do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, a qual reforçou iniciativas de cooperação técnica em curso; (iii) realização, na capital angolana, da primeira reunião do comitê gestor do projeto de prevenção e controle do câncer, em janeiro de 2020; (iv) manifestação de interesse da Embrapa, em fevereiro de 2020, em resposta a pedido angolano, para dar início a projeto de reestruturação do sistema de pesquisa agrícola de Angola; e (v) projetos trilaterais, em áreas como atenção humanizada ao parto, capacitação de gestores de formação profissional, sistemas de distribuição de água, em colaboração com a agência de cooperação japonesa (JICA), bem como nas áreas do desporto e do direito de pessoas com deficiência, em colaboração com a CPLP.

51. O projeto de banco de leite humano (BLH) é encarado hoje como a principal iniciativa de cooperação técnica bilateral. Firmado em outubro de 2017, após anos de negociação (o início das tratativas data de 2010/2011), tem por objetivo contribuir para a redução da mortalidade infantil em Angola, com ênfase na componente neonatal, por meio da instalação do primeiro BLH do país, na Maternidade Lucrecia Paim, inaugurado em 18/11/2019. Por seu turno, o projeto na área de oncologia tem por objetivo contribuir para a estruturação de ações de prevenção e controle do câncer em Angola, bem como para a melhoria de serviços prestados aos pacientes pelo 'Instituto Angolano de Controlo do Câncer' (IACC).

52. Já a cooperação com a Embrapa para o desenvolvimento agropecuário de Angola é projeto com potencial de gerar expressivo impacto na produtividade do setor e de abrir espaço a investimentos brasileiros. Trata-se de tema em que o Brasil tem reconhecida excelência e Angola, grandes necessidades. O país africano apresenta abundantes terras férteis e recursos hídricos, mas ainda importa a maior parte dos alimentos que consome. Missão ao Brasil de representantes do antigo Ministério da Agricultura e Florestas de Angola (atual Ministério da Agricultura e Pescas) deveria ter ocorrido em abril de 2020, não fosse a pandemia. O objetivo da missão era viabilizar apoio da Embrapa ao processo de reestruturação do sistema de pesquisa agrícola de Angola.

53. Tratativas em curso para o desenvolvimento de outros projetos de cooperação, com potencial promissor, poderão ser avaliadas pela próxima gestão do posto. Entre essas possibilidades, destaco: (i) cooperação na área de transmissão vertical de HIV/AIDS, à luz de solicitação da primeira-dama de Angola, Ana Dias Lourenço, para parceria no âmbito do Plano Operacional para Prevenção da Transmissão Vertical do HIV 2019-2021, apoiado pela União Africana; (ii) cooperação para formação em administração pública, com envolvimento da Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas de Angola (ENAPP) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); (iii) pedido do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola de reforço da cooperação na esfera do Acordo de Cooperação no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros, firmado em 2010; e (iv) perspectiva de implementação da terceira fase do projeto Escola de Todos, após conclusão da segunda fase em dezembro de 2015, que resultou na elaboração da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar.

### *Cooperação Educacional*

54. Desde 2016, primeiro ano de minha gestão, 58 angolanos iniciaram estudos em universidades públicas e privadas no Brasil: 44 alunos por intermédio do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e 14 alunos pelo Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). No mesmo período, 499 alunos deste país foram matriculados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Angola é o segundo país, após Guiné-Bissau, em número de estudantes na UNILAB. Mais de uma centena de outros alunos angolanos se dirigiram ao Brasil por meio de iniciativas acadêmicas independentes.

55. O estabelecimento de programa de leitorado brasileiro em Angola foi outro tema inovador na área de cooperação educacional que marcou minha gestão. Em janeiro de 2020, firmei convênio com a Universidade Agostinho Neto, principal instituição de ensino superior do país, para recepção de professor-leitor brasileiro na área de língua portuguesa, a ser selecionado pela CAPES, com início de atividades inicialmente previsto para o segundo semestre de 2020, por prazo mínimo de dois anos.

### *Difusão Cultural*

56. Uma das áreas de dinamismo no período de minha gestão foi a de difusão cultural, com empenho para manter a estrutura do Centro Cultural do Brasil em Angola (CCBA), cuja nova sede foi inaugurada em 07/09/2015. Situado no prédio do antigo Grande Hotel Luanda, edifício histórico do início do século XX, restaurado, o CCBA conta com 1600m<sup>2</sup> de área construída e mais 300 m<sup>2</sup> de área externa. A cessão do espaço pelo governo angolano resulta de acordo bilateral, assinado em 2009, pelo qual foi oferecido, em contrapartida, prédio histórico no centro de Salvador, onde hoje se situa a Casa de Angola na Bahia.

57. Mantive contatos frequentes com autoridades do Ministério da Cultura angolano. As três ministras da Cultura coincidentes com meu período na embaixada têm em comum especial apreço pela cultura brasileira e o compromisso de apoiar iniciativas de intercâmbio. Pude dar atenção à demanda de autoridades angolanas por apoio à qualificação de quadros, com oferecimento de variadas oficinas gratuitas, sempre procuradas e valorizadas no contexto local. Essas oficinas têm sido ministradas, entre outros, por artistas, técnicos e acadêmicos brasileiros.

58. Dentre os eventos culturais organizados no CCBA pela embaixada no período de minha gestão, ressalto, a seguir, os mais significativos, que contaram com maior frequência de público e que atingiram maior repercussão nos meios locais: (i) o Festival Literário Luso-Afro Brasileiro (FESTLAB), com edições em 2017 e 2018, que ensejou participação de escritores e acadêmicos representativos da literatura contemporânea em português; (ii) a mostra itinerante do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo; (iii) a Bienal de Luanda (2019), organizada pela UNESCO, União Africana e governo de Angola, em que o CCBA disponibilizou sua estrutura para diversos eventos de artistas brasileiros e de outras nacionalidades. A qualidade das instalações e da programação desenvolvida pelo CCBA motivou, entre outras razões, a decisão do Itamaraty de

incluí-lo na lista de sedes-piloto do Instituto Guimarães Rosa (IGR), iniciativa inspirada em modelos como a Aliança Francesa e os institutos Goethe e Camões.

### *Comunicação Social*

59. Durante o período de minha gestão, foram mantidos contatos regulares com os principais veículos da imprensa angolana. Concedi entrevistas aos meios locais, nas quais tratei de temas da agenda bilateral e de interesse comum. Foram duas entrevistas ao ‘Jornal de Angola’ (2018 e 2020); duas ao semanário econômico ‘Expansão’ (2017 e 2019); ao jornal angolano ‘Valor Econômico’ (2017); e ao periódico ‘O País’ (2018); além da agência Lusa (2018).

60. A embaixada vem adotando estratégia de atuação permanente em mídias sociais. O perfil institucional no Facebook passou a divulgar mais temas de interesse da diplomacia pública brasileira em todas as áreas, além de funcionar como plataforma de contato com o público no atendimento dos setores consular e de cooperação. Como resultado, já conta com mais de 25 mil afiliados (“curtidas”) e fluxo constante de publicações. A página da embaixada na Internet mantém informações de contatos do posto, notícias recentes e dados que facilitam o atendimento ao público. Complementam a atuação digital da embaixada a manutenção de perfil no Twitter, criado em 2019, e de grupos de WhatsApp focados na comunicação direta com a comunidade brasileira.

### *Questões Migratórias e Consulares*

61. O setor consular da embaixada em Luanda é considerado um dos mais movimentados da rede consular brasileira na África e até no mundo, se levada em conta a proporção entre o número de funcionários e a carga de trabalho. A intensa atividade do setor consular decorre do expressivo contingente de nacionais brasileiros que aqui residem ou trabalham por períodos mais ou menos prolongados, estimados em torno de 20 mil, embora o número já tenha sido muito maior em anos anteriores, ressalvadas as dificuldades de obtenção de dados precisos. A isso deve-se acrescer a permanente demanda de cidadãos angolanos que almejam ir ao Brasil a turismo, para formação acadêmica, a negócios ou para reunião familiar. Como se sabe, há ligação aérea direta entre Luanda e São Paulo, com cerca de cinco voos semanais oferecidos pela companhia TAAG. Seus preços competitivos para outras localidades na África subsaariana têm atraído passageiros brasileiros e transformado o aeroporto internacional de Luanda em ‘hub’ para conexões a destinos variados na sub-região, sobretudo para a África do Sul.

62. Com a devida autorização do Itamaraty, foi realizado processo de licitação, concluído em setembro de 2017, para a contratação de empresa terceirizada (VFS Global), operacional em outros postos, para o recebimento e o processamento inicial dos pedidos de visto, bem como responsável pela devolução dos passaportes aos requerentes. Tal iniciativa tem contribuído para atenuar a sobrecarga de trabalho do setor consular, ao qual compete, de todo modo, a apreciação e a concessão de vistos de visita. Em média, o setor consular tem emitido de 700 a 900 vistos por mês. Um dos maiores desafios na concessão de vistos é a comprovação da autenticidade de documentos que instruem os processos. No caso de solicitações de vistos de estudantes, cabe às áreas

competentes em Brasília examinar as demandas processadas pelo setor consular da embaixada, a fim de autorizá-los ou não.

63. Conquanto haja reciprocidade genérica entre as políticas de concessão de vistos do Brasil e de Angola, existem assimetrias pontuais decorrentes de diferentes regras e práticas observadas pelas autoridades consulares e migratórias de cada país. Os dois países firmaram um Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios (2014), cuja aplicação por ambos é dissimilar.

64. Atualmente, onze brasileiros estão presos na jurisdição do posto (dez por tráfico de drogas e um por falsificação de dólares). Em sentido inverso, constam 24 angolanos presos no Brasil, praticamente todos detidos por tráfico de drogas. De forma recorrente, o lado angolano tem-se mostrado preocupado com perspectiva de atuação de redes de tráfico de crianças, com possíveis ramificações em ambos os países. Por seu turno, a parte brasileira tem chamado a atenção para a necessidade de tramitação mais ágil de cartas rogatórias. Outro aspecto intrigante refere-se ao elevado número de solicitantes angolanos de refúgio no Brasil. Consta haver atualmente 4.980 pedidos que aguardam decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Outros 564 nacionais angolanos já são detentores de refúgio no Brasil. À luz da conjuntura angolana, não parece haver razões plausíveis que justifiquem a continuidade de solicitações de refúgio, dada a inexistência aqui de condições de perseguição de qualquer espécie. Aliás, a nacionalidade angolana é aquela cujas solicitações de refúgio têm a maior proporção de indeferimento. Essas e outras questões reforçam a premência de reativar o mecanismo bilateral sobre questões migratórias e consulares, que não se reúne há tempos, embora sempre tenha havido interlocução fluida entre órgãos competentes dos dois países.

### *Voo de Repatriação*

65. Quando se deflagrou a pandemia, um dos principais desafios do posto foi mobilizar meios para dar assistência adequada a cidadãos brasileiros, sobretudo aqueles que se encontravam aqui de passagem e foram inesperada e involuntariamente retidos em Angola com o fechamento repentino das fronteiras e a suspensão de voos comerciais de e para Angola, desde 20/03/2020. Em coordenação com outros postos, os voos fretados pelo governo brasileiro para os percursos Windhoek-Luanda (operado pela Bay Air Aviation) e Maputo-Luanda-Guarulhos (conduzido pela Ethiopian Airlines) ocorreram em 24/04/2020, após ingentes negociações, nas quais me envolvi diretamente com autoridades angolanas. Na escala realizada em Luanda, juntaram-se aos 37 passageiros vindos de Maputo 196 viajantes, inclusive três procedentes da capital namibiana (total de 233 pessoas). A iniciativa de repatriação encarnou o firme compromisso do governo brasileiro de repatriar milhares de concidadãos retidos mundo afora, em decorrência de restrições implementadas no contexto da pandemia, tendo contribuído para projetar imagem positiva do Brasil nos meios locais.

### *Conclusão*

66. As relações entre Brasil e Angola se distinguem por sua densidade e transcendência. Não à toa o chanceler Tété António, no encontro que com ele manteve em maio de 2020, qualificou as relações entre Brasil e Angola de “coincidência de almas”. Ao longo de minha gestão à frente do posto, empenhei-me para que as condições indutoras da cooperação bilateral se tornassem mais favoráveis e tivessem resultados concretos, como acabou se verificando, de fato, em diversas frentes, a despeito das crises econômica e pandêmica. Para o Brasil, além dos interesses comerciais imediatos, há outros de natureza estratégica a serem geridos a longo prazo. A população angolana é uma das que mais crescem no mundo, a 3,3% ao ano, e poderá, até 2100, ultrapassar a brasileira. Angola é ponto de irradiação de negócios e influência brasileira no continente africano.

67. Vários setores locais são demandantes de ‘expertise’ brasileira (agropecuária, mineração, piscicultura, indústria madeireira, tecnologia da informação, economia criativa, entre outros). A incipiência empresarial em vários domínios representa nichos com potencial de serem ocupados por brasileiros. Se o Brasil não se dispuser, de alguma forma, a explorar tais setores em estado latente de desenvolvimento, em benefício mútuo, outros o farão e já estão fazendo. Para além das presenças de parceiros tradicionais, países menos evidentes começam a apostar cada vez mais em Angola.

68. Da perspectiva angolana, um dos principais interesses pragmáticos é atrair novos investimentos brasileiros, considerados fundamentais para promover a necessária e urgente diversificação de sua economia, por demasiado dependente do setor petrolífero. Muito se fez nesse período e muito mais haverá de ser feito para continuar adensando a parceria estratégica e multifacetada entre as duas nações.

69. Em suma, salta aos olhos o anseio do governo e da sociedade angolanos de ver em seu país atuação acrescida do Brasil em todas as vertentes, seja pelas afinidades históricas, culturais e linguísticas, seja pela exata noção que têm sobre o quanto o Brasil já contribuiu e poderá vir a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Angola.